

Advogado que deu nota zero para os deputados constituintes agora quer levar Cr\$ 1 bilhão dos professores

Um grupo de professores da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) entrará hoje com uma petição na justiça trabalhista de Brasília solicitando a suspensão do pagamento dos honorários do advogado Ulysses Riedel, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — DIAP, responsável pela publicação do livro *Quem é Quem na Constituinte* (que deu nota zero a 10 aos deputados, de acordo com o que votaram nas questões trabalhistas).

Ele foi contratado pelo sindicato da categoria para representá-lo numa pendência salarial junto ao governo local. Segundo o professor Paulo Ferro, que encaminhará a ação à justiça, o advogado receberá um Cr\$ 1 bilhão como honorários por ter garantido o reajuste salarial de 54% para 18 mil professores da Fundação. Riedel negou ontem que este seja o valor verdadeiro: "Não sei exatamente qual foi nosso ganho, mas creio que algo em torno de Cr\$ 130 ou Cr\$ 150 milhões".

Segundo o Sindicato dos Professores do DF, o contrato que prevê honorários de 10% do valor total da causa foi aprovado e deliberado em as-

sembléia da categoria. "Não houve nenhuma manifestação contrária a esse contrato quando ele foi assinado", disse Maria Auriene Vieira, diretora do sindicato. "Ficou acertado na época que os professores pagariam os 10% do advogado se nos fosse garantido os 54% de reajuste negado pelo governo", acrescentou João Bosco Monteiro Lobato, também diretor do sindicato.

Os cerca de 50 professores que vão entrar na justiça contra o pagamento dos honorários alegam que "está havendo confisco do salário dos trabalhadores". Segundo Paulo Ferro, que lidera o movimento contra a atuação do sindicato, ligado à CUT, os honorários deveriam ser pagos pelo próprio sindicato que recebe mensalmente a contribuição sindical de todos os professores. Na opinião de Marcelo Laveneri, secretário-geral da OAB, a contribuição sindical é destinada à manutenção do sindicato.

O advogado Ulysses Riedel admitiu que conseguir do governo o pagamento dos 54% de reajuste foi uma grande vitória, não só para o seu escritório de advocacia, que conta com mais

16 advogados, como para todos os professores. O reajuste dos professores e consequentemente os honorários do advogado estão sendo pagos parceladamente. A primeira parcela paga em setembro significou um desconto de Cr\$ 3 mil (por conta dos honorários) do salário de Paulo Ferro, professor de primeiro e segundo graus de matemática, que recebe mensalmente cerca de Cr\$ 150 mil por 40 horas/aulas semanais.

Para a OAB, segundo o advogado Marcelo Laveneri, não existe nenhuma restrição legal ao pagamento de honorários, desde que o índice não ultrapasse 20% do total da causa ganha. Os valores apresentados pelos professores, sindicato e pelo próprio Riedel são divergentes. A Fundação Educacional não informou qual o custo dos 54% na folha de pagamento dos professores. Paulo Ferro garante que é de Cr\$ 10 bilhões. O único dado concreto é que em setembro a Folha de Pagamento de todos funcionários e professores da Fundação (mais de 50% são professores com salários que variam de Cr\$ 30 a 180 mil) foi de Cr\$ 2,5 bilhões.

Diana Fernandes/AE